

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 17 de fevereiro de 2023 às 07h55*  
*Seleção de Notícias*

## G1 - Globo | BR

Marco regulatório | INPI

Saiba como registrar a sua marca ..... 3

## O Globo Online | BR

Marcas

Prefeitura do Rio já multou sete empresas por 'marketing de emboscada' no carnaval ..... 4

NELSON LIMA NETO

## Consultor Jurídico | BR

Propriedade Intelectual

3ª Turma do STJ vê má-fé de empresário em disputa por marca estrangeira ..... 5

CONSULTOR JURÍDICO

## Extra | RJ

17 de fevereiro de 2023 | Marco regulatório | INPI

Os golpes mais comuns contra os MEIs ..... 6

## Migalhas | BR

Marco regulatório | INPI

Via Veneto pode utilizar a expressão "Loft Life Style" em marca ..... 8

## BHAZ | MG

Marco regulatório | INPI

Filhos da PUC: Justiça impede 'exclusividade' por uso de nome e imbróglio tem reviravolta .... 9

## Saiba como registrar a sua marca

Quer registrar sua marca ou garantir exclusividade de um produto ou serviço? Acompanhe a matéria abaixo. Uma marca forte, atrativa, é mais do que uma forma de identificação de um negócio, ela pode ser também o principal elo entre uma empresa e o cliente. Todos nós temos uma ou mais marcas favoritas. Seja pelo logo, pelos produtos e serviços ou pelo nome da marca em si, nós sempre teremos algumas preferências que nos conectam com alguma marca em específico.

Por isso, é tão importante para quem está começando o seu próprio negócio saber o que fazer na hora de registrar a sua marca. Confira a seguir como fazer isso:

Consulte as marcas já existentes

O primeiro passo é fazer uma pesquisa completa em relação ao que já existe no mercado. Tanto para a sua marca como um todo, como para seus produtos e ser-

viços, certifique-se de que não existe nada semelhante ou idêntico no mercado. Uma consulta rápida no Sistema de busca de marcas do **INPI** vai te ajudar nesse processo.

Defina o setor de atuação

Você já deve ter visto marcas diferentes, mas que possuem o mesmo nome. Por isso que é necessário você ter definido qual será o seu setor de atuação. Existe a possibilidade de marcas diferentes, de setores diferentes, possuírem o mesmo nome.

Com essas duas características bem definidas, você já pode entrar em contato com Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) para dar início ao processo de registro de marca ou **patente**.

Para mais informações, .

## Prefeitura do Rio já multou sete empresas por 'marketing de emboscada' no carnaval

Veja essa história. A Secretaria de Ordem Pública está com o bloco na rua e de olho nas ações de **marketing** de emboscada realizadas por marcas não patrocinadoras oficiais do carnaval de rua do Rio.

Só no pré-carnaval foram aplicadas sete multas a em-

presas como Amstel, Stanley, Enauta, IFood, Spaceman e Esportes da Sorte. Entre as ilegalidades, os agentes flagraram ativações, distribuição de brindes e vendas de produtos. As fiscalizações seguirão a toda durante o carnaval.

## 3ª Turma do STJ vê má-fé de empresário em disputa por marca estrangeira

NotíciasFaltou fair play3ª Turma do STJ vê má-fé de empresário em disputa por marca estrangeira 16 de fevereiro de 2023, 17h50ImprimirEnviarA 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, anulou três registros referentes à marca Permabond, por entender que um empresário agiu com má-fé ao requerer a caducidade da marca e, em seguida, registrá-la em benefício próprio.

Segundo o colegiado, é alta a possibilidade de que a marca Permabond reproduzida no Brasil seja confundida ou associada com a mesma marca utilizada no estrangeiro. De acordo com os autos, a empresa estrangeira Permabond LLC ajuizou ação contra um empresário e sua empresa, registrada no Brasil como Permabond Adesivos Ltda., pleiteando a adjudicação ou, alternativamente, a anulação dos registros já concedidos à empresa brasileira. O Tribunal Regional Federal da 2ª Região julgou improcedentes os pedidos formulados na petição inicial, sob o entendimento de que a notoriedade da marca estrangeira não foi comprovada na via administrativa. No recurso ao STJ, a Permabond LLC alegou que o empresário teria sido seu empregado, o que evidenciaria sua má-fé ao requerer a caducidade da marca e, em seguida, depositar o registro, em benefício próprio, com o mesmo nome. A empresa estrangeira sustentou, ainda, que o registro de marca caducada feito pelo ex-empregado caracterizou desvio de clientela e concorrência desleal. O relator do recurso, ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, observou que a Permabond LLC foi titular do registro da marca Permabond no Brasil até 2006, mas não chegou a utilizá-la no país e não pediu a prorrogação do registro no prazo legal, razão pela qual foi declarada a caducidade. Para o ministro, como ficou constatado nos autos que o empresário tinha prévio conhecimento da existência da marca, a sua tentativa de se apropriar da ideia original para explorar co-

mercialmente produtos similares no Brasil constitui evidente ato de má-fé. Não fosse assim, disse o magistrado, qualquer pessoa com conhecimento de alguma marca de sucesso no exterior, mas que ainda não tivesse renome ou notoriedade no Brasil, poderia reproduzi-la livremente sem que o seu titular fosse consultado ou remunerado por isso. De acordo com o magistrado, a atitude do empresário de tentar se apropriar, sem consentimento, de marca de que tinha pleno conhecimento para distinguir produto ou serviço semelhante, podendo causar confusão entre os consumidores, ofendeu o artigo 124, incisos V e XXIII, da Lei 9.279/1996 (Lei da **Propriedade** Intelectual) e o artigo 10 da Convenção da União de Paris. Cueva também destacou que o reconhecimento do alto renome de determinada marca implica proteção especial em todas as categorias de produtos, mas isso não significa que as marcas que não sejam reconhecidas como tal não estejam minimamente protegidas, como é o caso do direito de prioridade previsto no artigo 127 da LPI. O ministro explicou que, mesmo não tendo sido reconhecido o alto renome da marca Permabond no Brasil, o artigo 124 da LPI impede o registro que reproduza ou imite elemento característico ou diferenciador de título de estabelecimento ou nome de empresa de terceiros. "O registro de uma marca deve observar seu cunho distintivo, reclamando o ineditismo em seu ramo de atividade, o que não se verifica na hipótese vertente", concluiu o relator ao anular os registros concedidos à empresa brasileira. Com informações da assessoria de imprensa do Superior Tribunal de Justiça. para ler o acórdão

REsp 1.766.773

Topo da páginaImprimirEnviarRevista Consultor Jurídico, 16 de fevereiro de 2023, 17h50

## Os golpes mais comuns contra os MEIs

Os golpes mais comuns contra os MEIs

Ana Clara Veloso

ana.veloso@extra.inf.br

Não só as grandes empresas são interessantes para criminosos. Microempreendedores Individuais (MEIs) também são alvos de golpistas que agem na internet, se aproveitando das transações feitas pelas vítimas para resolverem todas suas obrigações. Kályta Caetano, contadora e especialista da Mais-Mei, plataforma especializada na abertura e gestão de MEIs, explica que o responsável pelo CNPJ fica muito exposto a fraudes

### QUATRO PRINCIPAIS FRAUDES E COMO SE PROTEGER

#### TAXA ASSOCIATIVA

A taxa anual associativa se refere a um valor pago para associações comerciais ou empresariais, de acordo com a atividade praticada. Neste golpe, bandidos enviam cobranças por e-mail fazendo referência a ela, informando que consta em sistema um débito que fica, geralmente, entre R\$ 188,98 e R\$ 288,98. Junto ao documento falso para pagamento, há um informe de que o mesmo irá para protesto em caso de não pagamento. Como se proteger: a contribuição e o recolhimento após a abertura da empresa.

- Nós sabemos como esse processo e o volume de informações podem ser confusos em um primeiro momento e, neste contexto, muitos empreendedores começam a receber, logo de cara, diversos e-mails, ligações e mensagens com ofertas de serviços que você não sabia da existência ou necessidade antes -

explica Caetano.

A plataforma listou os quatro golpes mais comuns, segundo relatos de mais de 1,5 milhão de usuários. Veja abaixo de taxas para associações, sindicatos ou cobranças de boletos de quaisquer tipos não são obrigatórias, ou seja, se o MEI não se associou a nenhuma instituição ou solicitou o serviço, não deve realizar qualquer pagamento.

#### CADASTRAMENTO NACIONAL DE EMPRESAS

Criminosos cobram MEIs por uma contribuição anual, sob pena de cancelamento do CNPJ. A falsa taxa é de R\$ 97.

Como se proteger: a Receita Federal não faz nenhum tipo de cobrança de taxa para manter a inscrição no CNPJ ativa via e-mail. As únicas obrigações do MEI são o pagamento mensal da guia DAS e o envio da declaração anual de faturamento (DASN) uma vez ao ano.

#### BOLETO DE REGISTRO DE DOMÍNIO

Em uma das versões, golpistas encaminham aos MEIs uma falsa cobrança do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**Inpi**). Outra estratégia é a emissão de boletos de pagamento falsos relativos a "taxa de manutenção optativa de marca ou patente" ou "pagamento de manutenção (ou de renovação) imediata". Como se proteger: se receber algum boleto de cobrança a respeito do registro do nome fantasia e que não foi feito pelo empreendedor, entre em contato com a empresa para solicitar o cancelamento da cobrança. Caso isso não seja feito, procure os meios legais.

Continuação: Os golpes mais comuns contra os MEIs

## GUIA DAS DESCONTADO NA FATURA DE ENERGIA

Os MEIs conseguem orientação no Sebrae nos meses iniciais, período onde há mais dúvidas uma correspondência falsa ou contato via telefone nos quais os estelionatários afirmam ser da prefeitura de uma cidade, oferecendo desconto na conta de energia me-

diante o pagamento de uma taxa. Como se proteger: lembre que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional não realiza quaisquer tipos de cobranças e parcerias com prefeituras, empresas privadas, com desconto do pagamento do imposto DAS - MEI em contas de água, luz ou telefone.

## Via Veneto pode utilizar a expressão "Loft Life Style" em marca

TJ/SP entendeu que a expressão não viola propriedade intelectual da concorrente. Decisão foi mantida no STJ. Propriedade Intelectual Via Veneto pode utilizar a expressão "Loft Life Style" em marca TJ/SP entendeu que a expressão não viola propriedade intelectual da concorrente. Decisão foi mantida no STJ. Da Redação quinta-feira, 16 de fevereiro de 2023 Atualizado às 08:20 Compartilhar Com entrar Siga-nos no A A

O uso da expressão "Loft Life Style" em marca da Via Veneto, loja de roupas, não viola propriedade intelectual da concorrente. Assim decidiu a 2ª câmara Reservada de Direito Empresarial do TJ/SP. O julgado foi mantido em decisão monocrática do ministro Marco Aurélio Bellizze, do STJ.

Na origem, a ação foi proposta pela LFT Comércio e Confeccção Eireli, atuante no comércio de vestuário e acessórios femininos. A empresa alegou que detém a titularidade do registro das marcas "Lofty Style" e variações perante o **INPI**.

Afirmou ter tomado conhecimento de que a Via Veneto estaria prestes a lançar no mercado a marca "Loft Life Style", semelhante a sua, para explorar o mesmo ramo de atividade, o que já teria causado associação indevida e confusão no mercado consumidor.

Assim, requereu a condenação da concorrente (i) à cessação da infração às marcas registradas da autora, abstendo-se de todo e qualquer uso da referidas marcas; (ii) ao pagamento de indenização relativa às perdas e danos e lucros cessantes em decorrência da violação das marcas "Lofty International", "Lofty Style" e "Life Lofty Style" da autora, a ser apurada em fase de liquidação; e (iii) ao pagamento de indenização por danos morais no montante de R\$ 100

mil.

Em 1º grau a ação da LFT foi julgada procedente. Interposto recurso, a Via Veneto conseguiu reverter a decisão no TJ/SP.

O relator designado, Grava Brazil, destacou:

"Em suma, dentro das características de proteção a que faz jus a apelada, pelo registro de suas marcas mistas, não se vislumbra violação, por parte da apelante, que justifique o reconhecimento da alegada concorrência desleal e se determine a pretendida ordem de abstenção."

A Via Veneto comercializa roupas masculinas. (Imagem: Freepik)

A autora interpôs recurso especial ao STJ e não logrou êxito na modificação do desfecho de improcedência da ação. O relator Marco Aurélio Bellizze pontuou:

"Examinando as razões do aresto recorrido, depreende-se que as instâncias estaduais delinearão a controvérsia dentro do conjunto probatório dos autos. Sendo assim, para rever a premissa de que a confusão entre marcas não ficou configurada e que a concorrência desleal não restou caracterizada seria imprescindível o reexame de fatos e provas dos autos, providência vedada no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula n. 7/STJ."

O escritório atua na causa.

Processo: AREsp 2.176.559

Veja a decisão.



## Filhos da PUC: Justiça impede 'exclusividade' por uso de nome e imbróglgio tem reviravolta

O desembargador Marcelo Rodrigues, da 15ª Vara Cível de BH, determinou a suspensão da decisão liminar que impedia o uso da expressão "Filhos da PUC" por parte do presidente do DCE (Diretório Central dos Estudantes), Gabriel Luna, no bloco carnavalesco da instituição.

A presidente anterior do DCE, Fernanda Souza, entrou na Justiça requerendo que o nome Filhos da PUC fosse usado por um bloco só, comandado por uma empresa criada por ela.

O imbróglgio entre dois grupos de alunos da PUC Minas resultou na divisão do bloco e na criação de um segundo com nome idêntico - Filhos da PUC MG. A situação teve início com a saída de Fernanda do DCE e com a entrada de Gabriel.

A alegação dela é que não se trata de um bloco vinculado ao DCE, e que o órgão estudantil apenas teria apoiado os desfiles, enquanto ele argumenta o contrário e diz que, sim, o bloco Filhos da PUC pertence ao departamento e não a um grupo.

Na decisão desta quinta-feira (16), o desembargador ressalta que para pedir exclusividade de uso de marca

é necessário registro junto ao **INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial)**. Sendo assim, somente o pedido do uso junto ao órgão não dá tal direito, já que é preciso o registro validamente expedido.

Em outro trecho, considerando a proximidade do Carnaval, o desembargador entende ter ficado evidente o risco de prejuízo ao recorrente, Gabriel Luna, e suspende os efeitos da liminar que impedia o uso do nome "Filhos da PUC".

### Reviravolta

No início desta semana, a liminar da 15ª Vara Cível determinou que a atual gestão do DCE parasse de usar o nome Filhos da PUC imediatamente. O anúncio de hoje surge após Gabriel Luna, o presidente do diretório, recorrer da decisão.

Antes do recurso, o juiz Eduardo Henrique de Oliveira Ramiro havia acolhido o pedido de Fernanda, alegando que ela apresentou "elementos que evidenciam a probabilidade do direito e o perigo de dano aos interesses da parte autora".

## Índice remissivo de assuntos

**Marco regulatório | INPI**  
3, 6, 8, 9

**Patentes**  
3

**Marcas**  
4

**Propriedade Intelectual**  
5